



HEMEROTECA  
MUNICIPAL  
DE LISBOA

***POLITICA : órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano.***<sup>1</sup> O título faz *jus* aos conteúdos, cumprindo a sua missão de periódico de natureza política. É crítico, sarcástico em relação à política vigente e por vezes mordaz de forma direta. Os autores, todos estudantes universitários, assumem a sua ideologia política como sendo de natureza integralista. Efetivamente, entre 1913 e 1933 existiu em Portugal um movimento político autodenominado *Integralismo Lusitano*. Tentaremos, por isso, de uma forma tão completa quanto possível, elucidar os nossos leitores acerca do que foi o Integralismo Lusitano, a sua ideologia, o seu papel durante a Ditadura Militar e Estado Novo, para que melhor se entendam os conteúdos da publicação, todos de natureza integralista.

### **FORMATO PUBLICAÇÃO**

*Politica* foi editada entre 15 de abril de 1929 e 31 de março de 1931, num total de vinte fascículos, ao custo de 1\$50 por unidade. As assinaturas tinham o formato de dez números por assinatura ao custo de 10\$00 para Portugal e ilhas, 15\$00 para as Colónias e 20\$00 para o estrangeiro. O número de páginas varia entre as 16 e 24, com exceção do nº 10 com 80 folhas, uma edição inteiramente dedicada à memória de António Sardinha. A intenção inicial de periodicidade quinzenal raramente foi cumprida, chegando o interregno entre dois números a ser de três meses e meio, neste caso entre os nºs 10 (com edição em 10 de janeiro de 1930) e 11 (com edição em 30 de abril de 1930). Esta irregularidade muito se ficou a dever às responsabilidades académicas dos seus responsáveis editoriais, e porventura também a algumas dificuldades financeiras, conforme se percebe nalguns apelos aos assinantes, não só para angariarem novos como para manterem os pagamentos em dia. Por vezes são anunciados os locais de venda da publicação, assim como lançamentos de livros de integralistas que também são vendidos na sede da *Politica*.

A revista é de apresentação simples, com o título da publicação na capa ostentando

---

<sup>1</sup> Disponível na Hemeroteca Digital, em [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Politica\\_OrgaodaJunta/Politica\\_OrgaodaJunta.htm](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Politica_OrgaodaJunta/Politica_OrgaodaJunta.htm)

a primeira letra a vermelho<sup>2</sup> e as restantes a negro. Ainda na capa, uma gravura de Franz Langhans<sup>3</sup> representando um pelicano (veremos adiante a sua ligação à heráldica integralista) é complementada com a indicação de ano e número. A contra capa tem impressa a cruz de Cristo a vermelho (emblema também usado nas caravelas dos descobrimentos<sup>4</sup>), à exceção do nº 17, em que surge a preto.

A 1ª página de cada número vem novamente encabeçada com o título da publicação. A partir do nº 2 vem indicada a intenção da periodicidade da publicação, que raramente será cumprida, como já vimos anteriormente. A publicação é apoiada pela Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, sendo que a partir do nº 11 é Órgão das Juntas Escolares de Lisboa e Porto, e a partir do nº 12 Coimbra também passa a estar representada. A publicidade, uma forma de gerar receita, aparece em todos os números no verso da contra-capa da revista e também da capa a partir do nº 14. Por vezes também são anunciados os temas do próximo número, inclusivamente no nº 20, o último publicado, o que nos faz concluir que a publicação teve um fim súbito.

Quanto aos responsáveis editoriais, assistimos a mudanças ao longo dos vinte números, e nenhum dos nomes que fecha a publicação corresponde ao conjunto inicial, o que está ligado ao término das licenciaturas, que forçava a abandonar o cargo numa revista que se queria de estudantes.<sup>5</sup>

## RESPONSÁVEIS EDITORIAIS

Como diretor, aparece em destaque na primeira página da revista A. de Mendonça Dias do nº 1 ao nº 8. Não há mais referência a este cargo a não ser a partir do nº 16,

---

<sup>2</sup> Se nos remetermos para a heráldica integralista, provavelmente significará o sangue derramado por amor à pátria.

<sup>3</sup> Franz-Langhans nasceu em Lisboa a 05 de abril de 1908. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi diretor do Gabinete de Heráldica Corporativa, entre outros cargos de destacada responsabilidade. Colaborou em assuntos diversos como História, Filosofia e Direito e também em jornais e revistas, como *A Voz*, *Revolução*, *Fradique*, *Acção*, e em revistas científicas e literárias. In: *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Tomo XIV, p. 663. Foi, com Valentino de Sá, diretor gráfico da *Política*.

<sup>4</sup> O Integralismo Lusitano também está intimamente ligado à Igreja: “Movimento político português, que visava primordialmente a criar uma mentalidade nova, católica...”: *In Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vol. 13, p. 911.

<sup>5</sup> Veja-se como exemplo a nota oficiosa da Junta Escolar de Lisboa, no nº 9 de Política, p. 3, que justifica a saída dos antigos administrador, editor e diretor com o término das suas licenciaturas.

em que passa a ser ocupado por J. Centeno Castanho mas apenas em mais um número. Abílio Pinto de Lemos é o diretor até final da publicação. Partindo do princípio que o nome em destaque na primeira página é o do principal responsável da edição em causa, então os números de 9 a 15 são da responsabilidade do redator principal, António do Amaral Pyrrait, antes secretário de redação.

A publicação começa apenas com cinco responsáveis, o administrador (H. de Mendonça Dias), o editor (Fialho Barreto), o diretor (A. de Mendonça Dias) e a direção gráfica da responsabilidade de Valentino de Sá e Franz d'Almeida Langhans, mantendo ao longo da sua vida editorial uma média de 5 colaboradores em simultâneo, sendo a variação entre 3 a 8, no nº 15. Curiosamente a edição mais extensa, o nº 10 com oitenta páginas, é publicada apenas com três responsáveis, a saber, o administrador (Valentino de Sá), o editor (Armando Lopes) e o redator principal (António do Amaral Pyrrait).

Algo que nunca se altera ao longo dos vinte números publicados é a propriedade da revista, sempre da Sociedade Nacional Editora. Outros responsáveis editoriais foram: Francisco Galvão (administrador), António de Sousa Rêgo (editor), F. P. Dutra Faria, Domingos Mascarenhas e Silva, J. M. Miranda da Rocha e Manuel Pinto Barreto, todos como redatores

### **Composição e Impressão**

O local de composição e impressão sofre algumas variações ao longo das edições: do nº 1 ao 10 são compostas e impressas na Tipografia Ingleza, na Rua Eugénio dos Santos 118 em Lisboa. O nº 11 é composto na Tipografia Portugal, na Rua da Rosa, 16. Os nºs de 12 ao 15 são-no na Tipografia Lusitânia que fica no mesmo local onde funcionam a redação e a administração. Do nº 17 até ao final é responsável a Tipografia Augusto Costa & C.<sup>a</sup> Lda., no Largo do Barão de S. Martinho, em Braga.

### **Heráldica**

Na capa, a seguir ao título existe um grafismo a preto e branco cuja intenção será transmitir a imagem que o Integralismo Lusitano tem de si próprio. É completamente a preto e branco, fazendo-nos lembrar os grafismos a tinta da china, e representa um pelicano a picar o próprio peito que parece sangrar. O pelicano está dentro de

um ninho, vislumbrando-se os bicos de três crias. Este motivo remete-nos para a heráldica, em que o pelicano é representado no seu ninho alimentando as crias (três) com o seu próprio sangue. Foi usada por D. João II como seu emblema e muito popular enquanto simbologia tradicionalista, daí ser natural a sua escolha pelos integralistas portugueses<sup>6</sup>.

## **INTEGRALISMO LUSITANO**

De acordo com Manuel Braga da Cruz<sup>7</sup>, o pensamento integralista teve as suas origens "...no pensamento contra revolucionário nacional do séc. XIX...", e foi na Universidade de Coimbra, logo após a implantação da República, que começou a tomar forma: "Foi de facto em torno de iniciativas culturais e doutrinárias que os primeiros integralistas se agregaram e o movimento se começou a forjar."<sup>8</sup> Como influência externa teve o "movimento da *Action Française* e o pensamento de Charles Maurras".<sup>9</sup> Eram contrários à doutrina democrática, tanto da República instituída em 1910 como da monarquia constitucional liberal. Defendiam a monarquia tradicional, assente na base familiar e de propriedade, em que o rei governa mas com o seu poder limitado pelas assembleias, nomeadamente as cortes.

Esta expressão, *Integralismo Lusitano*, aparece pela primeira vez em 1913 numa revista literária de cultura nacionalista na Bélgica, *Alma Portuguesa*, onde estava um grupo de jovens exilados em virtude das incursões monárquicas que tentavam restaurar a monarquia. Entre os seus nomes estão Luís de Almeida Braga, Rolão Preto e Domingos de Gusmão Araújo. Em Portugal, António Sardinha<sup>10</sup>, Alberto Monsaraz e Hipólito Raposo organizaram as bases da primeira revista de doutrina

---

<sup>6</sup> In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vol. 20, p. 900.

<sup>7</sup> Manuel Braga da Cruz, "O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo". In *Análise Social*, vol. XVIII (1982), pp.137-182.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Charles Maurras era adepto da monarquia integral, hereditária, avesso à democracia e descentralização do poder, tendo mesmo criado um movimento neo-monárquico. In: *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vol. 16, p. 632. Também Salazar se terá interessado pelas suas ideias. Idem, Vol. 26, p. 680.

<sup>10</sup> António Sardinha nem sempre partilhou de uma mentalidade anti-liberal. De acordo com Tavares Martins (*Nas Vésperas do Estado Novo*, 1937, p. 179), "pôs gravata vermelha depois do regicídio de 1908". A sua posição altera-se após conversão ao catolicismo em 1912. Já integralista, fez parte da minoria monárquica do governo de Sidónio Pais. Colaborou com Paiva Couceiro na "Monarquia do Norte", uma contra-revolução feita na cidade do Porto em janeiro de 1919 favorável ao restabelecimento monárquico, o que lhe custou um exílio de 27 meses em Espanha. In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vol. 27, p. 726.

integralista: *Nação Portuguesa*<sup>11</sup>, tendo o primeiro número sido publicado em 8 de abril de 1914. Outras publicações integralistas muito conhecidas na época foram: *A Monarquia: diário integralista da tarde*<sup>12</sup>, *Acção Nacional*, e *Integralismo Lusitano: estudos portugueses*<sup>13</sup>.

Após o assassinato de Sidónio Pais os integralistas portugueses procuraram o apoio de D. Manuel, mas a discordância deste com a sua ideologia levou a uma rutura entre eles, o que os levou a "...reconhecer e declarar herdeiro do trono de Portugal a S. A. R. o Príncipe D. Duarte Nuno de Bragança,...", descendente de D. Miguel. A assinatura do Pacto de Paris em 17 de abril de 1922 termina com as divergências: "...para por fim às «dissenções entre a família Monárquica», D. Manuel declara aceitar, à falta de herdeiro directo, o sucessor que as Cortes Gerais indicarem, assim como as resoluções das mesmas côrtes quanto à Constituição Política da Monarquia restaurada." Este pacto, no entanto, não conquistou a união de todos os movimentos monárquicos e a unanimidade só foi alcançada após a morte de D. Manuel e o reconhecimento de D. Duarte como legítimo herdeiro do trono. Em Junho de 1933 foi anunciado o fim do Integralismo Lusitano<sup>14</sup>.

Algumas opiniões consideram que, ideologicamente, o Estado Novo foi construído a partir de várias correntes que nele se "amalgamaram", tendo o Integralismo Lusitano tido uma posição de destaque<sup>15</sup> o que acaba por dar crédito à formação política de Salazar referida na nota 9.

## **FAZER POLITICA**

O primeiro artigo do nº 1 da revista *Política*, publicado em 15 de abril de 1929, surge com o título "fazer Política". Tem a forma de apresentação da publicação que agora nasce e cumpre o seu objetivo. Nele, a revista assume-se como uma publicação de

---

<sup>11</sup> No catálogo das Blx:

<http://catalogolx.cm-lisboa.pt/ipac20/ipac.jsp?&profile=rbml&uri=full=3100024~!17170~!0>.

<sup>12</sup> No catálogo das Blx:

<http://catalogolx.cm-lisboa.pt/ipac20/ipac.jsp?&profile=rbml&uri=full=3100024~!16820~!0>.

<sup>13</sup> No catálogo das Blx:

<http://catalogolx.cm-lisboa.pt/ipac20/ipac.jsp?&profile=rbml&uri=full=3100024~!16081~!0>.

<sup>14</sup> In *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Vol. 13, p 911-912.

<sup>15</sup> Manuel Braga da Cruz, "O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo". In *Análise Social*, vol. XVIII (1982), pp.137-182.

jovens estudantes de ideologia integralista.

O nome dado à revista é justificado com o que acreditam ser a sua atitude de combate ao sistema em vigor: contra uma política destrutiva propõem-se lutar por uma política construtiva. Com efeito a sua definição de política: “Política é a ciência do governo dos povos procurando determinar,...as leis que os devem reger, segundo as diversas circunstâncias de tempo e de lugar...”. Esta frase é terminada com uma crítica entre *parentesis* à Democracia que consideram não beneficiar de tais atributos. Ao assumirem-se assim como políticos anti-democratas, admitem a Democracia como uma forma de política. São intolerantes para com a política carreirista: “O político, essa coisa horrorosa do político profissional ...”. Criticam a política de rotatividade como sendo a ruína da nação: “...o rotativismo estabelecia à cómoda digestão uns, enquanto os outros iam comer...” Manifestam-se contra o Absolutismo porque a concentração de todo o poder no rei enfraquece a Nação e desprestigia a religião e são também contra a Monarquia Constitucional. Para os integralistas a monarquia constitucional é uma mentira “...em que o Rei é uma simples chancela das decisões dos políticos.”

O Integralismo Lusitano assume-se assim como defensor da Monarquia Tradicional, considerando ser sua missão reabilitá-la. Podemos por isso encontrar ao longo de toda a publicação artigos com ideias defensoras destes princípios. Mais uma vez encontramos no Integralismo Lusitano três das características marcantes do Estado Novo: o nacionalismo, a religião e a família, os três componentes que resumiram a ideologia do Estado Novo: "Pátria, Deus, Família". E também o anti-individualismo.

## **DOS ARTIGOS**

Como foi referido no início, toda a publicação manifesta amplamente os ideais dos Integralistas Lusitanos. Destacamos alguns:

### **"ao ritmo da Ampulheta"**

É uma crónica presente ao longo dos vinte números publicados, sempre nas últimas páginas, composta por diversos artigos, assinados ou não. É um artigo de sátira, mordaz. Negativamente manifestam-se contra a maçonaria, o parlamentarismo, acusam a imprensa portuguesa de parcialidade, condenam a consciência laica que

associam ao combate à fé católica, os concursos de beleza porque a única beleza digna de valor é a interior associada à moral e nobreza de sentimentos, detestam a Democracia, a República, o comunismo, o modelo de ensino vigente, desdenham do ato eleitoral e do sistema constitucional, da Sociedade das Nações, que acusam de "sonhos de pacifismo e desarmamento" fazem também várias referências sarcásticas à revista *Seara Nova*<sup>16</sup>, consideram que o Liberalismo não tem base racional, e por fim mostram-se fortemente anti-semitas (Nº 8, pp.20 in. "DESGRAÇAS DE ISRAEL". Positivamente há uma apologia ao Nacionalismo Português, à tradição cristã, à Igreja e à Família, aclamando que é a estas duas últimas que cumpre a função de educar e só depois ao Estado. A Ditadura Nacional e o Fascismo merecem referências positivas, assim como Salazar. Figuras históricas como Nuno Álvares Pereira, Camões, D. João V, o Marquês de Pombal, que consideram injustiçado no caso Távora, e D. Miguel I, são enaltecidas. São a favor da "continuidade do poder e da autoridade efectiva", elogiando figuras contemporâneas como o General Gomez que governou a Venezuela durante vinte anos com "mão de ferro", (Nº 5, p. 19, "UM CHEFE DE ESTADO" ), e Primo de Rivera, ditador espanhol (nº 1, p.14, "O MOMENTO ESPANHOL E...OS OPERÁRIOS E ESTUDANTES", nº 11, p. 19 no artigo "MORTE DE PRIMO DE RIVERA"). O nº 3 de *Política* também começa com um artigo de elogio à ditadura espanhola.

### "de Letras"

Trata-se de uma pequena rubrica que se estende ao longo de vários números e em que são destacadas obras e seus autores como Antero de Figueiredo, Hipólito Raposo, Manuel Ribeiro, Afonso Lopes Vieira, Wenceslau de Moraes, Armando Candido, Aquilino Ribeiro. Assinam L. R. A., Francisco da Cunha Leão, Elmano de Lage, A. De M. D. e Francisco de Paulo.

### "Arte"

É um artigo da autoria de **A. De Mendonça Dias**, diretor da publicação nos nºs 1 a 8, que se estende pelos nºs 1, 3 e 5 da *Política* e pretende mostrar como a mudança de mentalidades e o desprezo pela religião afetaram negativamente a arte. A seu ver, a forma de edificar da velha Idade Média era a que realmente engrandecia, pois

---

<sup>16</sup> No catálogo das Blx:

<http://catalogolx.cm-lisboa.pt/ipac20/ipac.jsp?&profile=rbml&uri=full=3100024~!18988~!0>.

estava aliada ao "proveito colectivo da Terra e do Povo"<sup>17</sup>. Culpa o período do Renascimento por ter feito retornar a cultura e a arte pagãs de Grécia e Roma, o que interrompeu a evolução das artes românica e gótica.<sup>18</sup> Critica duramente a arte do séc. XIX como "a mais completa bastardia do bom-gosto", de "tendência acentuadamente destruidora".<sup>19</sup>

### **"a Anti-Nação "**

Da autoria de Ruy d'Almargem, estende-se pelos números 2, 4, 6 e 8, sendo de forte teor anti-liberal, anti-maçónico e anti-semita. Culpa a revolução liberal de 1820 pela "dissociação e conseqüente enfraquecimento da nossa pátria". Acusa a maçonaria de ser o "cérebro inteligente e consciente" que levou portugueses a agir contra Portugal. Para o provar cita o texto do artº 7º da constituição maçónica. Afirma existir uma ligação íntima entre os judeus e a maçonaria pois que há "lojas de que só podem fazer parte judeus". Também responsabiliza os judeus pela revolução na Rússia, esclarecendo que o "Conselho dos Comissários do Povo da URSS tem 22 membros, dos quais 17 são judeus".

### **Ano I - Nº 10 – 10 de Janeiro de 1930**

Não podíamos finalizar este trabalho sem uma referência ao número mais extenso desta publicação, inteiramente dedicado a António Sardinha. Começa com uma dedicatória de D. Duarte de Bragança e é abundante, ao longo das suas oitenta páginas, em cartas e artigos de elogio ao seu carácter, de colaboração diversa, que ascenda a 34 nomes. O primeiro artigo intitulado *CARIDADE DE PATRIA*, da autoria de Luis de Almeida Braga remete para o passado de republicano convicto de António Sardinha e para os motivos da sua posterior conversão à monarquia, desalentado com os primeiros anos da república. Nas suas palavras:

*"E eu abençoô, eu abençoô esta Republica tragico-comica que me vacinou a tempo pela lição da experiencia, que livrou a minha existencia dum desvio fatal. Rapazes, saibam que lá em Portugal a crença monárquica prospera, saibam que, se repudiamos a miseria partidaria dos bandos antigos, muito*

---

<sup>17</sup> *Política*, nº 1, pp. 6-8.

<sup>18</sup> *Política*, nº 3, pp. 6-8.

<sup>19</sup> *Política*, nº 5, pp. 12-14.

*mais repudiamos a oligarquia criminosa que nos escorcha! A Monarquia que venha instalar a paz neste pobre paiz,..."*

Resta-nos convidar os leitores a apreciar a publicação.

Alda Anastácio

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2016

## **BIBLIOGRAFIA**

CRUZ, Manuel Braga da – “O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo”. In *Análise Social*, vol. XVIII (1982), pp.137-182. [Em linha] [Consult. 20Nov2015]. Disponível na Internet:<URL:  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399539G6uXJ0ze0Sv59SR4.pdf>>

*Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, imp. 1978.

*Política*, nºs 1 a 20, Lisboa: Sociedade Nacional Editora, 1929-1931